Revista Brasileira de Comércio Exterior

RBCE

A revista da FUNCEX

Ano XXXIX
163
Abril, Maio e Junho de 2025

Riscos geopolíticos
Oportunidades comerciais
Contratos em COMEX

Imagem de Pete Linforth por Pixabay

FUNCEX
fundação centro de estudos do comércio exterior

Ajudando o Brasil a expandir fronteiras

EDITORIAL

2 Riscos e oportunidades no novo mapa geopolítico
Mário Cordeiro de Carvalho Jr.

ENTREVISTA

4 Marcos Troyjo
Economista, Sociólogo e Diplomata brasileiro

COMENTÁRIO INTERNACIONAL

8 Uma jovem adulta - Real a moeda brasileira
George Vidor

MOMENTO ATUAL

10 Em defesa da globalização
Lucas Ferraz

12 O Brasil na Nova Ordem Mundial: Exportações, Desafios e Oportunidades após o "*Liberty Day*"
Cláudio Gonçalves dos Santos e Sérgio Volk

16 Construindo Pontes: Oportunidades e Desafios no Setor de Construção na América Latina
Miller Soares Rufino Pereira

22 A nova rota da internacionalização: escolas como vetores de conexão global nas cidades médias brasileiras?
Cesar Bisson

26 Por que ir tão longe? II
João Carlos V. de Marco

LEGISLAÇÃO EM COMEX

30 Contrato de distribuição internacional de mercadorias na importação
Ana Paula Paixão

36 Tarifas e Imprevistos Comerciais: hora de rever os contratos internacionais
Welber Barral

PRÁTICA DE COMEX

40 Melhoria Contínua aplicada ao Comércio Exterior
Helena Detzel Machado da Costa

Marcos Troyjo

Economista, Sociólogo e Diplomata brasileiro

Economista, sociólogo e diplomata brasileiro, Marcos Troyjo dispõe de muitas ferramentas para analisar os diversos fluxos do mundo contemporâneo. Muito consultado pelo mercado financeiro, ele se destaca ainda pela atuação acadêmica. Na Universidade de Oxford, é *transformational leadership fellow*. No Insead, é *distinguished fellow*. Ex-presidente do Novo Banco de Desenvolvimento, foi o primeiro ocidental a chefiar uma organização multilateral sediada na Ásia.

É membro do Conselho do Futuro Global do Fórum Econômico Mundial e foi secretário de Comércio Exterior e Assuntos Internacionais do Ministério da Economia. Foi nesse período em que atuou como um negociador do Acordo Mercosul-União Europeia.

Vencedor do Prêmio "Personalidade do Ano FUNCEX 2020", Troyjo tem examinado o debate sobre "policrises" versus "polioportunidades" — conceitos que esmiúça nesta entrevista. Segundo ele, há um "copo meio cheio" à espera do Brasil, que pode se sair relativamente bem diante das transformações geopolíticas em curso.

"Cabe a nós, no Brasil, o desenho de projetos que vão funcionar como um ímã para a atração de investimentos — em transporte, em geração de energia, em armazenagem, em irrigação, em infraestrutura portuária, em infraestrutura ferroviária", considera.

Outro aspecto ressaltado por ele é a necessidade de preparar talentos brasileiros para compreender a disseminação da inteligência artificial nos mais diversos aspectos da vida. Como resultado, a própria agenda ESG pre-

cisará ser recalibrada. Confira os argumentos a seguir.

Antes de tudo, o senhor poderia apresentar aos leitores a noção de "policrises" e como ela se articula com a de "polioportunidades"?

Marcos Troyjo | Economistas, sociólogos e historiadores estão sempre em busca de uma palavra ou um conceito que possa capturar o espírito do tempo — uma frase que venha a resumir uma série de acontecimentos que guardam entre si algum tipo de conexão.

Por exemplo, nos anos de 1980, o grande economista americano-canadense John Kenneth Galbraith falava sobre "a era da incerteza". Agora, mais recentemente, Adam Tooze, professor da Universidade Columbia, observou a mais grave crise de saúde pública desde a gripe espanhola: a pandemia de covid-19. Com aquela paradeira na indústria, surgiu um cenário econômico mais desafiador.

Ao mesmo tempo, muitos identificaram uma espécie de Guerra Fria 2.0, entre o Ocidente e a China. Tudo isso representa um desafio crítico, e Tooze falou: "Bom, nós estamos vivendo 'policrises', um cenário de muitas crises convergindo ao mesmo tempo".

Fico pensando se essa não seria a ótica do copo meio vazio. Penso que existe a possibilidade de olhar para isso com a perspectiva do copo meio cheio, daí o termo "polioportunidades".

E quais são as consequências desses eventos?

Marcos Troyjo | Antes, acho que é o caso de se fazer uma distinção entre microgeopolítica e macrogeopolítica.

A primeira se refere a eventos muito impactantes que transcorrem num arco de tempo curto — de quatro ou cinco anos. Já a macrogeopolítica diz respeito a eventos que transcorrem num arco mais longo, em uma geração.

Exemplo de um evento microgeopolítico é a presidência Trump nos Estados Unidos e o que ela representa do ponto de vista de política comercial e política industrial. Se você tem uma economia que é um quarto de tudo aquilo que o planeta produz e ela sofre uma mudança importante, os efeitos colaterais serão sentidos em toda parte.

E existem eventos macrogeopolíticos, como oscilação demográfica e queda da natalidade. Ao mesmo tempo, em alguns países, ocorrerá um aumento populacional tão brutal que, no fim das contas, nos próximos 25 anos, o mundo saltará dos atuais 8 bilhões de pessoas para 10 bilhões de pessoas. Isso tem grande relevância para a questão dos recursos naturais, da segurança alimentar, da segurança energética e da mobilidade urbana.

Outro grande acontecimento macropolítico é que, cada vez mais, o crescimento da economia global será puxado por países emergentes. Quem vai contribuir é Indonésia, Índia, Vietnã e China. E, quando você tem um aumento de renda tão pronunciado a partir de patamares mais baixos, as pessoas começam a se deslocar mais, a se alimentar melhor, a consumir mais energia. Haverá um choque de demanda.

Finalmente, teremos determinadas tecnologias, como a robótica e a inteligência artificial, cada vez mais presentes em nossas vidas. É a ponta de lança da construção do futuro, mas, ao mesmo tempo, relaciona-se a aspectos primordiais, como disponibilidade de água e de energia.

Diante desse cenário, que oportunidades surgem para o Brasil?

Marcos Troyjo | Houve uma dispersão geográfica daquilo que nós podemos chamar de fontes de liquidez ou fonte de alocação de capital de longo prazo.

Por exemplo, antes, em época de eleições, o que os assessores econômicos dos candidatos faziam? Iam fazer roadshow em Washington, Nova York, Londres. Esses centros continuam importantes, mas, hoje, se você está em busca de recursos para projetos de infraestrutura, os centros de liquidez estão em Doha (Catar), Abu Dhabi (Emirados Árabes), Riade (Arábia Saudita) e Xangai (China).

Ocorre que os novos centros de liquidez estão posicionados geograficamente em jurisdições onde há insegurança energética e alimentar. Se você joga o Brasil nessa equação, que é um país que tem insuficiência de investimento infraestrutural e, por outro lado, grandes vantagens "ricardianas" em produção agrícola e energética, então você começa a estabelecer conexões.

Cabe a nós, no Brasil, o desenho de projetos que vão funcionar como o ímã para a atração desses investimentos — em transporte, em geração de energia, em armazenagem, em irrigação, em infraestrutura portuária, em infraestrutura ferroviária.

Tudo isso cabe ao Brasil e, às vezes, a gente tem dificuldade em conceber esses projetos, em apresentá-los de uma maneira que faça sentido. O Brasil tem um longo caminho a percorrer.

Com toda essa carência de infraestrutura, por que o Brasil não aderiu à Nova Rota da Seda (iniciativa Cinturão e Rota) dos chineses?

Marcos Troyjo | A gente está vivendo em um mundo muito geopolítico. Sem fazer julgamento de valor, apenas descrevendo, a iniciativa Rota da Seda foi pintada por alguns como um plano chinês de criar dependências e afinidades político-estratégicas.

Quando se olha esse jogo a partir de uma posição essencialmente brasileira, o Brasil tem inúmeras complementaridades com a China. Estamos falando, hoje, de um comércio bilateral de US$ 180 bilhões. É crescente a presença do investimento chinês no Brasil nos setores de energia e de infraestrutura.

Por outro lado, o Brasil responde positivamente a certas necessidades chinesas de planejamento de longo prazo, por exemplo, em segurança alimentar.

Então, como a complementariedade é muito grande, entendo que a adesão à Nova Rota da Seda não faz tanto sentido. Os efeitos incrementais multiplicadores da participação do Brasil não fariam grande diferença para o fluxo de investimentos já estabelecido.

Então, nosso país tem que calcular o custo-benefício de tal adesão, que seria mais nominal. E a adesão poderia fechar outras portas. Assim, parece melhor ficar como está, tendo a China como parceiro significativo tanto em exportações quanto em importações — e em investimentos diretos também.

Neste momento, estariam os EUA dispostos a oferecer mais incentivos ao Brasil como forma de manter o país em sua órbita de influência?

Marcos Troyjo | Esse tema, da órbita de influência, tem que ser visto com uma radiografia um pouco mais precisa. Os Estados Unidos e o Brasil são as duas maiores economias do continente americano. Do ponto de vista do número de eleitores que vão às urnas, são também as duas maiores democracias do Ocidente. As sociedades civis dos dois países se gostam muito.

No entanto, o intercâmbio comercial com o Brasil é relativamente pequeno. Deixe-me dar um exemplo: hoje, de cada US$ 2,00 que o Brasil exporta, US$ 1,00 vai para a Ásia. A economia americana foi uma grande investidora na economia brasileira no passado. Isso diminuiu.

Então, não é que os Estados Unidos não vão querer nos manter em sua órbita de influência. O fato é que a importância relativa dos Estados Unidos para o Brasil diminuiu ao longo do tempo. Não sei se isso é necessariamente uma boa ideia, porque, nos últimos 80 anos, muitos dos países que conseguiram um salto importante em seu desenvolvimento tiveram nos Estados Unidos uma referência significativa para sua inserção internacional. Assim foi com Japão, Alemanha e Coreia do Sul.

Acho que temos de manter excelentes relações com os americanos, até porque precisamos ter diversidade em nossas parcerias comerciais. Agora os Estados Unidos estão em um momento de mudança de rumo, com uma perspectiva muito diferente do que havia antes. O Brasil precisaria aumentar o seu fluxo comercial com o país e, por isso, fico preocupado com as imposições de tarifas por parte dos americanos.

O "tarifaço" americano pode impulsionar o entendimento entre Mercosul e Europa?

Marcos Troyjo | Sem dúvida alguma. Isso tem uma influência. Eu fui um dos negociadores do Mercosul no acordo Mercosul-UE, que foi concluído pela primeira vez em junho de 2019.

Nas conversações finais com as nossas contrapartes europeias, eles mencionaram que a comunidade internacional não poderia ficar submetida a uma conjuntura em que as coisas fossem decididas unilateralmente pelos EUA. E uma forma de evitar esse cenário seria avançar em acordos entre regiões. E esse é um grande acordo, se você pensar que são 450 milhões de pessoas na Europa e 280 milhões de pessoas no Mercosul. Então, é um mercado bastante grande.

Depois da conclusão, em 2019, a ideia era que o rito legislativo (para a efetivação do acordo) seria rápido, mas você teve uma série de obstáculos. Por exemplo, houve a eleição de Alberto Fernández na Argentina (2019–2023), que foi uma presidência muito protecionista. Enfim, houve uma série de resistências que atrasaram o processo.

Ora, foi só o presidente Trump ser eleito, em novembro do ano passado, para que, rapidamente, os europeus tirassem o acordo da gaveta. Eles disseram: "É o que temos para hoje e vamos em frente com isso".

Estou otimista com a possibilidade de a Comissão Europeia mandar o acordo para o Parlamento Europeu e ele ser aprovado. Quando começar a valer, haverá uma diminuição de tarifas em praticamente 90% de todas as atividades econômicas entre o Mercosul e a União Europeia.

Este ano, o Brasil recebe a COP30, a 30ª Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas. Por que este é um evento estratégico?

Marcos Troyjo | Estive na COP26, em Glasgow (Escócia), na COP27, em Sharm el-Sheikh (Egito), e na COP28, em Dubai (Emirados Árabes).

A COP é uma espécie de esforço concentrado, que atrai atores muito diferentes. Você tem os governos, você tem uma participação grande de ONGs. Também, algumas empresas entenderam que é uma oportunidade para apresentar seus produtos, suas soluções.

Em que a gente deveria se concentrar? Primeiro, não ter muitas ilusões de que dali sairá um acordo que vá mudar o mundo. Segundo, aproveitar a intensidade do foco de atenção e usar esses dias como uma espécie de showroom, em que fossem exibidas as soluções em sustentabilidade que o Brasil tem a oferecer. O país tem boas práticas e muitas delas podem ser utilizadas em outras realidades.

Em terceiro lugar, acolher as oportunidades para investimentos e parcerias. O Brasil precisa muito de aporte em áreas como irrigação, armazenagem sustentável, energia fotovoltaica, energia eólica, transporte fluvial e mobilidade urbana sustentável. O Brasil precisa de tudo isso, então, a gente precisa estar bastante aberto.

O senhor já disse que o conceito de ESG (ambiental, social e governança) está em transformação. Que metamorfose é essa?

Marcos Troyjo | Veja, a primeira conferência da ONU sobre meio ambiente e desenvolvimento foi em 1972. Então, essa é uma agenda que tem mais de 50 anos.

De lá para cá, foi aumentando a família de tratados multilaterais com foco em meio ambiente. Daí resulta o conceito de ESG, que diz respeito a boas práticas ambientais, sociais e de governança. Tenho a impressão de que a dimensão das letras é disforme, com o "S" e o "G" muito menores do que a preocupação ambiental.

Recentemente, porém, tenho percebido a preocupação dos investidores com o "S" e o "G". Ocorre que existe, hoje, toda uma força de trabalho orientada para o combustível fóssil. E aí, quando você faz a transição (da matriz), você não necessariamente treina e retreina essa mão de obra para ser competitiva.

Portanto, existe um "S" absolutamente relevante, que são os aspectos sociais da transição energética. Há, também, a questão dos aspectos sociais da transição econômica. Por exemplo, se você tem a passagem de uma agricultura com uso intensivo de mão de obra para uma agricultura com uso intensivo de tecnologia, isso demandará outro tipo de profissional, com outro tipo de capacitação.

E, finalmente, temos a onipresença da inteligência artificial, da robótica, das tecnologias preditivas. Precisamos fazer o máximo para que nossos talentos tenham os equipamentos conceituais e intelectuais necessários para serem produtivos nesse novo ambiente. Caso contrário, teremos práticas ambientalmente sustentáveis ao custo de profunda disrupção social.

Essa é a metamorfose do ESG sobre a qual eu falo.

Será necessário algo como um treinamento de massa?

Marcos Troyjo | Eu acho que sim. Fala-se muito de uma oposição entre inteligência artificial e humanos, mas o embate será entre humanos que estão equipados com as ferramentas básicas de IA e os humanos que não estão.

No caso do Brasil, essa questão da onipresença das tecnologias precisa estar no mapa de todos os serviços de aprendizagem — da indústria, do comércio, da agricultura e do transporte. Ter uma boa política de ESG significa treinar as pessoas para esse universo intensivo em tecnologia, de modo que o "S" não seja uma fonte de instabilidade, disrupção e exclusão.

Sobre o "G", acrescento que, cada vez mais, se prestará atenção na forma como as empresas estão sendo administradas; como se relacionam com os investidores; se têm Conselho de Administração; se têm Conselho Consultivo. A governança passa a ser um diferencial importante para a obtenção de recursos voltados à sustentabilidade.

Falando em governança, como fica a pretensão do Brasil em se tornar membro da OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico)?

Marcos Troyjo | Acho que ingressar na OCDE faz muito sentido para nós, porque a Organização é uma espécie de fábrica de boas práticas e, portanto, é melhor você estar na fábrica e ser coautor daquilo que vai ser produzido do que ser simplesmente um receptor passivo.

Outro aspecto é o seguinte: se você faz parte da OCDE, você se credencia a receber investimentos que não estavam disponíveis anteriormente. Você acessa determinados fundos institucionais que condicionam a alocação de recursos a países que adotam as práticas da OCDE.

E um terceiro aspecto, mais estratégico: se o Brasil se tornar membro da OCDE, ele será o único país do mundo a ser, também, membro dos BRICS (grupo de países emergentes) e do G20 (maiores economias do mundo), ou seja, jogará um xadrez tridimensional nesses importantes tabuleiros.